

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2023.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2023, foram divulgadas no *site* da Companhia em 31 de março de 2024, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

livulgadas no <i>site</i> da Companhia em 31 de março de 2024, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.
Atenciosamente,
Diretor Presidente: Jean-Christophe Gilbert
Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva





Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Reia	atorio da Administração	
1.	Contexto operacional	13
2.	Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3.	Sumário das principais políticas contábeis materiais	15
4.	Aplicações interfinanceiras de liquidez	20
5.	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
6.	Operações de crédito	28
7.	Carteira de câmbio	29
8.	Outros créditos	30
9.	Transações com partes relacionadas	31
10.	Depósitos	
11.	Obrigações por operações compromissadas	32
12.		
13.	Obrigações por empréstimos e repasses	33
14.		
15.	Patrimônio Líquido	34
16.	Receita de prestação de serviços	35
17.	Despesas de pessoal	35
18.	Outras despesas administrativas	36
19.	Despesas tributárias	36
20.	Outras receitas operacionais	36
21.	Outras despesas operacionais	
22.	Resultado não recorrente	
23.	Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	37
24.	Imposto de renda e contribuição social	
25.	Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros	
26.		
27.	Eventos subsequentes	



Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 24.487.016 (R\$ 27.152.399 em dezembro de 2022), a redução foi devida, principalmente, pela queda da Carteira de Câmbio.

A carteira passiva atingiu R\$ 21.883.100 (R\$ 24.652.168 em dezembro de 2022), devido à redução da Carteira de Câmbio.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.603.915 (R\$ 2.500.231 em dezembro de 2022), sendo sua variação impactada, principalmente, pelo resultado do exercício.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. encerrou o exercício de 2023 com lucro de R\$ 214.852 (lucro de R\$ 206.272 no exercício de 2022).

Gerenciamento de riscos

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 25,74% (24,24% em 31 de dezembro de 2022).



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito

A administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 5.173.910 mil.



Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico e (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) avaliação de garantias atreladas as operações; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento das operações, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, a confirmação da existência por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base, além de testes de conciliação da base de dados de operações com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Carteira de câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio. Conforme mencionado na nota explicativa n° 7a, em 31 de dezembro de 2023, o saldo da carteira ativa é de R\$ 15.523.272 mil e da carteira passiva é de R\$ 12.055.345 mil.

Consideramos como um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo e mapeamento dos controles internos estabelecidos pela administração, relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise de documentação em conjunto com o recálculo das pontas ativas e passivas das operações na data base do procedimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio, consideramos apropriada a contabilização e divulgação preparada pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/O

Fabricio Aparecido Pimenta Contador CRC- 1SP241659/O



Balanços Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		21.948.962	24.433.641
Caixa e equivalentes de caixa		3.302.338	4.237.963
Disponibilidades	3b	4.122	82.168
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b	3.298.216	4.155.795
Relações interfinanceiras		465	660
Instrumentos financeiros		17.499.693	19.269.835
Títulos e valores mobiliários	5.1	2.161.091	1.893.944
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2	692.512	483.538
Operações de crédito	6a	342.497	467.624
Carteira de câmbio	7a	14.282.371	16.396.623
Negociação e intermediação de valores a receber	5.3	21.222	28.106
Outros créditos		1.146.466	925.183
Rendas a receber		8.644	1.026
Diversos	8a	1.132.166	921.911
Despesas antecipadas		5.656	2.246
NÃO CIRCULANTE		2.538.054	2.718.758
Instrumentos financeiros		2.393.856	2.534.389
Títulos e valores mobiliários	5.1	738.228	1.058.062
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2	245.395	560.265
Operações de crédito	6a	169.332	-
Carteira de câmbio	7a	1.240.901	916.062
Crédito tributário	8b	101.539	143.611
Outros créditos		28.184	24.358
Diversos	8a	26.283	24.089
Despesas antecipadas		1.901	269
Outros investimentos		207	207
Imobilizado		11.462	11.750
Outras Imobilizações de Uso		25.447	23.498
(-) Depreciações Acumuladas		(13.985)	(11.748)
Intangível		2.806	4.443
Intangíveis		8.187	8.187
(-) Amortização Acumulada		(5.381)	(3.744)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Balanços Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		19.841.312	22.989.755
Depósitos e demais instrumentos financeiros		19.694.222	22.848.935
Depósitos à vista	10	381	8.501
Depósitos Interfinanceiros	10	442.459	-
Depósitos a prazo	10	616.469	557.545
Obrigações por operações compromissadas	11	1.414.399	995.244
Relações interdependências		1	852
Obrigações por empréstimos e repasses	13	4.722.166	6.751.746
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	441.855	682.664
Carteira de câmbio	7a	12.041.143	13.829.742
Negociação e intermediação de valores	5.3	15.349	22.641
Provisões		147.090	140.820
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		55	37
Sociais e estatutárias	14a	4.142	2.996
Fiscais e previdenciárias	14b	93.773	95.372
Diversos passivos	14d	49.120	42.415
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.401.788	1.662.413
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.922.973	1.500.735
Depósitos a prazo	10	55.035	
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	22.718	
Obrigações por empréstimos e repasses	13	1.355.182	794.230
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	475.836	588.412
Carteira de câmbio	7a	14.202	118.093
Provisões		12.803	11.447
Diversos passivos	14d	12.803	11.447
Obrigações fiscais diferidas	14c	106.012	150.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.603.916	2.500.231
Capital social	15	2.105.673	2.105.673
Reservas de lucro		443.090	365.987
Outros resultados abrangentes		55.153	28.571
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.487.016	27.152.399

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Demonstrações dos Resultados Individuais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2° semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		538.436	1.053.174	1.358.761
Operações de crédito		48.714	69.245	35.115
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.1d	418.108	870.902	920.322
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.4	71.614	113.027	403.324
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(295.425)	(666.914)	(924.092)
Operações de captações no mercado aberto	12b	(108.918)	(195.501)	(133.542)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13a e b	(298.717)	461.708	821.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	· -	-	37.409
Resultado de operações com câmbio	7c	112.210	(933.121)	(1.649.347)
RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		243.011	386.260	434.669
RESULTADO BRUTO DE INTERNIEDIAÇÃO FINANCEIRA		245.011	300.200	757.007
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(51.327)	(77.124)	(134.878)
Receitas de prestação de serviços	16	53.863	96.868	36.456
Despesas de pessoal	17	(48.678)	(95.803)	(86.978)
Outras despesas administrativas	18	(48.084)	(78.920)	(58.295)
Despesas tributárias	19	(23.368)	(38.125)	(47.234)
Outras receitas operacionais	20	51.759	110.933	51.594
Outras despesas operacionais	21	(36.819)	(72.077)	(30.421)
RESULTADO OPERACIONAL		191.684	309.136	299.791
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(214)	(220)	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		191.470	308.916	299.790
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24a	(24.140)	(89.143)	(91.324)
Provisão para imposto de renda		(31.618)	(62.285)	(62.316)
Provisão para contribuição social		(26.594)	(50.754)	(51.787)
Ativo (passivo) fiscal diferido		34.072	23.896	22.779
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS LUCROS		(2.255)	(4.921)	(2.194)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		165.075	214.852	206.272
Lucro líquido por ação - R\$		0,006640	0,008643	0,008297



Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	165.075	214.852	206.272
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	11.921	26.582	17.139
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	21.675	48.331	31.161
Efeito tributário sobre marcação a mercado de	(9.754)	(21.749)	(14.022)
títulos disponíveis para venda			
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	176.996	241.434	223.411

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Canital	Reservas	de lucros	Outros	Lucro /	
	Capital Social	Legal	Especial de lucros	resultados abrangentes	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.105.673	30.166	225.379	11.432	-	2.372.650
Resultado líquido do período	-	-	-	-	206.272	206.272
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	17.139	-	17.139
Destinações:						
Reserva legal	-	10.314	-	-	(10.314)	-
Reserva especial de lucros	-	-	100.128	-	(100.128)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(95.830)	(95.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.105.673	40.480	325.507	28.571	-	2.500.231
Mutações do período	-	10.314	100.128	17.139	-	127.581
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.105.673	40.480	325.507	28.571	-	2.500.231
Resultado líquido do período	-	-	-	-	214.852	214.852
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	26.582	-	26.582
Destinações:						
Reserva legal	-	10.743	-	-	(10.743)	-
Reserva especial de lucros	-	-	66.359	-	(66.359)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(137.750)	(137.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.105.673	51.223	391.866	55.153	-	2.603.915
Mutações do período	-	10.743	66.359	26.582	-	103.684
Saldos em 1º de julho de 2023	2.105.673	40.480	325.507	43.232	49.777	2.564.669
Resultado líquido do período	-	-	-	-	165.075	165.075
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	11.921	-	11.921
Destinações:						
Reserva legal	-	10.743	-	-	(10.743)	-
Reserva especial de lucros	-	-	66.359	-	(66.359)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(137.750)	(137.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.105.673	51.223	391.866	55.153	-	2.603.915
Mutações do período	-	10.743	66.359	11.921	(49.777)	39.246

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido dos exercícios e semestre	165.075	214.852	206.272
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido			
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(37.409)
Participações nos lucros	2.255	4.921	2.194
Provisão de IR e CS	58.212	109.689	114.103
IR e CS diferido	(34.072)	(23.896)	(22.779)
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	326	817	1.374
Atualização monetária de contingências	351	700	590
Reversão provisão indedutível	(1)	(18)	(487)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	124.901	163.309	185.887
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	11.920	26.582	17.139
Depreciação e amortização	2.389	4.799	4.492
Baixa de bens por descarte ou perda	214	214	-
Variação monetária	(1.068)	(2.261)	(2.411)
Resultado de Juros não realizado	(29.731)	3.884	· -
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	300.771	503.592	468.965
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.674	823	_
(Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	496.315	(310.289)	272.433
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	11	195	(67)
(Aumento) / Redução em operações de créditos	985.750	(34.069)	951.227
(Aumento) em outros créditos	10.515.092	1.606.885	7.536.630
· ·	(3.079)		
(Aumento) em outros valores e bens		(5.042)	(932)
(Redução) / Aumento em relações interdependências (ativos e passivos)	(5.261)	(851)	(765)
(Redução) / Aumento em depósitos	946.967	548.298	259.888
Aumento em obrigações por operações compromissadas	(142.320)	419.073	352.409
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(3.927.695)		857.468
Aumento em outras obrigações	(12.283.639)		(10.328.813)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos (LCA/LF)	1.410	22.718	(3.519)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(07, 100)	1	(735)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.423)	(45.242)	(44.956)
Total variação de ativos e passivos	(3.441.198)	(1.319.041)	(149.732)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	(3.140.427)	(815.449)	319.234
Atividades de investimentos			
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(1.843)	(3.088)	(2.295)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	(1.843)	(3.088)	(2.295)
	(: /	(,	(, , , ,
Atividades de financiamento	(115,000)	(117.000)	(01.456)
Juros sobre capital próprio pagos	(117.088)	(117.088)	(81.456)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamento	(117.088)	(117.088)	(81.456)
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(3.259.358)	(935.625)	235.483
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no início do período	6.516.819	4.232.159	3.972.311
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no final do período	3.298.254	3.298.254	4.232.159
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	(3.218.565)	(933.905)	259.848
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no início do período	44.877	5.804	30.169
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no final do período	4.084	4.084	5.804
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda	7.004	7.007	5.004
	(40.793)	(1.720)	(24.365)
estrangeira	•		
-			
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa	601 020	1 224 401	
-	601.930 (350.079)	1.224.401 (637.960)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9° andar, São Paulo, Brasil, é um banco múltiplo autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 82,7% em 2023 (mesmo valor em 2022) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 17,3% em 2023 (mesmo valor em 2022), ambas com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da lei nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atendendo à Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a instituição divulga suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

- a) Os itens do Balanço Patrimonial estão apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem impacto aos valores apresentados;
- b) Os Balanços Patrimoniais ao final do período corrente são apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior;
- c) As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente;
- e) As alterações acima mencionadas, não impactam o Lucro Líquido ou Patrimônio Líquido.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

a) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados devido às incertezas e ao nível de subjetividade envolvidos no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco Crédit Agricole Brasil S.A. estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingente e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	3o e 23
Provisão para devedores duvidosos	3e e 6e
Imposto de renda e contribuição social diferido	3m e 24
Valor justo dos intrumentos financeiros derivativos	3d e 5.2

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2024.

b) Resolução CMN 4.966

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional ("CMN") tornou pública a Resolução 4.966 que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo mesmo para:

- I. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- II. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras prestadas; e compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, cujo contrato ou desembolso não possa ser bloqueado ou suspenso, ou que a Instituição não tenha capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte;
- designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge);
 e
- IV. evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros

Em atendimento ao Artigo 76 desta resolução, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecido, o qual não prevê neste momento grande complexidade na implementação dos novos requerimentos introduzidos pela Resolução 4.966, uma vez que grande parte dos mesmos já se encontram devidamente implementados na Instituição por ocasião do seu reporte financeiro para a Casa Matriz. No entanto, algumas adaptações sistêmicas, em políticas e procedimentos serão necessárias a fim de assegurar total aderência à norma bem



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

como dar total transparência de nossos processos internos para o Banco Central do Brasil e Auditores Externos. Este trabalho terá participação de diversas áreas do Banco e as implementações necessárias ocorrerão ao longo de 2024 à medida que o Banco Central publicar regulamentações complementares à Res. CMN 4.966.

3. Sumário das principais políticas contábeis materiais

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo de alta liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, e com risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	38	76.364
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	4.084	5.804
Aplicações financeiras - moeda nacional (nota 4.1)	3.298.216	4.155.795
Caixa e equivalentes de caixa	3.302.338	4.237.963

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização reconhecido no resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e que não serão mantidos até o vencimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de *swap* o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.
- operações de opções os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como *hedge* são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa e mercado.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

f) Cessão de créditos

A partir de 01/01/2009 conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de transferência de ativos financeiros são classificadas em operações operações com retenção substancial dos riscos e benefíciose os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O Banco apura o valor recuperável de seus ativos não financeiros anualmente para realização do teste de imparidade, com exceção dos créditos tributários, que são revistos semestralmente. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável apurado, é reconhecido no resultado do período uma perda por imparidade (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

i) <u>Investimentos</u>

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) <u>Imobilizado e intangível</u>

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

I) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%. A partir de 01 de agosto de 2022, a alíquota de contribuição social passou para 21% (nota 24a). O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2022, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, ambas do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 24.

p) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos seus valores de realização, somados, quando aplicável, as variações monetárias e cambiais e os rendimentos. Os demais passivos são apresentados pelo valor de liquidação, somados, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

q) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações, conforme os critérios definidos no CPC 41, aprovado pelo regulador através da Resolução CMN nº 3.959, de 04 de setembro de 2019, cuja manutenção foi realizada pela Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

r) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Banco, é contabilizado em base *pro rata die* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada, cujos valores constam no resultado na rubrica de "Despesas de pessoal" (vide nota 17).

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, consideram-se como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

O Banco considera como recorrente os resultados das atividades típicas da instituição, como prestações de serviços financeiros, aplicações e captações de recursos, e a manutenção habitual das atividades operacionais.

O resultado não recorrente está apresentado na nota 22.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1) Aplicações no mercado aberto

a) Aplicações operações compromissadas

	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	3.000.503
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.297.782	605.201
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.000.434	550.091
Total Posição bancada	3.298.216	4.155.795

b) Composição por prazo de vencimento:

	01/12/2020	01/12/2022
	Até 3	meses
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	3.000.503
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.297.782	605.201
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.000.434	550.091
Total Posição bancada	3.298.216	4.155.795

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na SELIC.

c) Resultado com operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 540.501 (R\$ 613.116 em 31 de dezembro de 2022) (nota 5.1d).

31/12/2023 31/12/2022



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

4.2) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há valores de aplicações em depósitos interfinanceiros.

a) Resultado com depósitos interfinanceiros de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, não houve resultado com depósitos interfinanceiros de liquidez (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022). (nota 5.1d).

4.3) Aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há valores de aplicações em moeda estrangeira.

a) Resultado com aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ (11.732) (R\$ (2.609) em 31 de dezembro de 2022) (nota 5.1d).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

		31/12/2023		31/12/2022		
	Custo	Mercado	Ajuste MTM	Custo	Mercado	Ajuste MTM
Carteira propria	1.123.420	1.223.152	99.732	1.666.095	1.718.065	51.970
Negociação	72.407	72.394	(13)	62.703	62.696	(7)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	72.407	72.394	(13)	62.703	62.696	(7)
Títulos disponíveis para venda	1.039.277	1.139.022	99.745	1.436.439	1.488.416	51.977
Letras do Tesouro Nacional – LTN	553.756	553.829	73	907.551	908.065	514
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	479.782	579.451	99.669	528.888	580.351	51.463
Debêntures	5.739	5.742	3	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	11.736	11.736	_	166.953	166.953	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	-	-	132.616	132.616	-
Debêntures	11.736	11.736	-	34.337	34.337	-
Vinculados a operações compromissadas	1.409.611	1.409.658	47	996.282	996.282	-
Títulos disponíveis para venda	67.644	67.691	47	-	-	-
Debêntures	67.644	67.691	47	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	1.341.967	1.341.967	_	996.282	996.282	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	260.360	260.360	-	350.718	350.718	-
Debêntures	1.081.607	1.081.607	-	645.564	645.564	-
Vinculados a prestação de garantias	266.023	266.509	486	237.688	237.659	(29)
Títulos disponíveis para venda	266.023	266.509	486	237.688	237.659	(29)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	266.023	266.509	486	237.688	237.659	(29)
Total	2.799.054	2.899.319	100.265	2.900.065	2.952.006	51.941

⁽i) Refere-se cotas seniores emitidas pelo Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

(ii) As debêntures e CDCA estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso fossem avaliadas a valor de mercado, em 31 de dezembro de 2023, as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 1.725 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1 (em 2022 as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 1.692 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1.730)

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Banco na aquisição do título, conforme descrito na nota 3d. Em 31 de dezembro de 2023, há ajuste de marcação a mercado acumulado registrado no patrimônio líquido de R\$ 100.278 (R\$ 51.947 em 31 de dezembro 2022). O crédito tributário sobre o ajuste de marcação a mercado perfazia o montante de R\$ 45.125 (R\$ 23.376 em 31 de dezembro de 2022).

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Sem vencimento (i)	579.451	580.351
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	579.451	580.351
Até 3 meses	925.091	599.685
Letras do Tesouro Nacional – LTN	529.764	599.685
Debêntures	395.327	-
De 3 a 12 meses	656.549	713.908
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	59.395
Letras do Tesouro Nacional – LTN	362.968	388.033
Debêntures	293.581	266.480
De 1 a 3 anos	319.207	638.230
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	163.474
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	220.702
Debêntures	319.207	254.054
Acima de 3 anos	419.021	419.832
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	260.360	260.465
Debêntures	158.661	159.367
Total	2.899.319	2,952,006

⁽i) Refere-se às Cotas de Fundos de investimentos FIDC.

c) Composição por emissor

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de Renda Fixa	·	
Títulos públicos	892.732	1.208.420
Letras do Tesouro Nacional (i)	892.732	1.208.420
Títulos Privados	2.006.587	1.743.586
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA (ii)	260.360	483.334
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	579.451	580.351
Debêntures	1.166.776	679.901
Total	2.899.319	2.952.006

⁽i) Títulos custodiados na Selic.(ii) Títulos custodiados na B3.

⁾ Resultado de títulos e valores mobiliários

	2° semestre		
	/ 2023	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	4
Aplicações interfinanceira de liquidez - mercado aberto (nota 4.1)	256.205	540.501	613.116
Aplicações interfinanceira de liquidez - aplicações em moeda estrangeira (nota 4.3)	(5.629)	(11.732)	(2.609)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	45.355	99.604	121.977
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	28.972	61.350	30.235
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	12.176	23.996	20.023
Debêntures	81.029	157.183	137.576
Total	418.108	870.902	920.322



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O valor das cotas de fundos de investimentos é obtido diariamente junto aos respectivos administradores dos fundos

5.2) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (*hedge accounting*).

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Hedge

A política de utilização de *hedge* é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédit Agricole. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge*, de acordo com a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto estavam assim distribuídas no período:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		3	1/12/2023		
	Valor nominal dos	Cus	sto	Valor c	ontábil
	contratos	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	30.401.075	394.271	(87.612)	519.990	(494.750)
CDI vs EURIBOR 6M	671.645	11.489	-	13.882	-
CDI vs EURO	1.060.178	84.854	-	101.199	-
CDI vs USD	3.169.037	192.443	1.424	179.407	(217)
EURIBOR 6M vs USD	646.174	23.840	-	18.259	-
EURO vs USD	780.938	5.326	(23.328)	5.298	(23.057)
LIBUSD 3M vs USD	-	-	-	-	-
PRÉ vs CDI	2.659.800	(3.847)	(12.726)	46.764	(5.191)
PRÉ vs EURO	482.238	(1.192)	-	422	-
PRÉ vs USD	616.493	38.558	-	39.924	-
USD vs CDI	260.000	-	(16.961)	-	(16.491)
USD vs SOFR	9.462.049	(596)	(36.730)	182.903	(274.665)
SOFR vs USD	10.592.523	43.396	709	(68.068)	(175.129)
Contratos a termo	23.316.090	421.174	(427.101)	417.051	(422.345)
Compra a termo de moeda - NDF	14.094.267	525	(423.199)	6.677	(416.917)
Venda a termo de moeda - NDF	9.221.823	420.649	(3.902)	410.374	(5.428)
Contratos de opção	338.500	3.927	(1.439)	866	(596)
Compra de opção de compra – USD	26.000	388	-	_	-
Compra de opção de venda – USD	142.500	2.100	_	667	-
Compra de opção de compra - flexíveis	85.000	1.439	_	199	-
Venda de opção de venda - flexíveis	85.000	-	(1.439)	-	(596)
Total	54.055.665	819.372	(516.152)	937.907	(917.691)
Circulante	14.135.823	687.239	(449.262)	692.512	(441.855)
Não Circulante	23.494.741	132.133	(66.890)	245.395	(475.836)
Total	37.630.564	819.372	(516.152)	937.907	(917.691)



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		31/12/2022			
	Valor nominal dos	Cus	sto	Valor c	ontábil
	contratos	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	24.503.422	336.774	(296.602)	785.502	(830.044)
CDI vs EURIBOR 6M	917.802	79.883	(19.692)	75.339	(23.188)
CDI vs EURO	1.231.473	104.416	(2.907)	128.438	(4.521)
CDI vs LIBUSD 3M	193.165	-	(67.013)	-	(71.923)
CDI vs LIBUSD 6M	160.800	10.519	-	8.600	-
CDI vs USD	1.504.255	61.227	(24)	72.681	(15)
EURIBOR 6M vs USD	894.572	29.481	(34.862)	35.764	(28.952)
EURO vs USD	1.083.790	-	(87.960)	-	(71.160)
LIBUSD 3M vs USD	6.197.882	32.354	-	170.535	-
LIBUSD 6M vs USD	2.172.413	6.542	-	253.329	-
PRÉ vs CDI	3.285.645	21	(62.126)	1.031	(93.274)
PRÉ vs USD	176.619	9.741	_	8.625	-
USD vs CDI	260.000	1.805	-	7.433	-
USD vs LIBUSD 3M	4.576.998	-	(18.787)	-	(399.441)
USD vs LIBUSD 6M	1.509.190	-	(2.544)	-	(113.599)
USD vs SOFR	169.409	-	(687)	-	(23.971)
SOFR vs USD	169.409	785	<u>-</u>	23.727	-
Contratos a termo	22.850.884	258.434	(458.297)	253.460	(435.200)
Compra a termo de moeda - NDF	12.556.263	(3.868)	(413.917)	50.210	(341.680)
Venda a termo de moeda - NDF	10.294.621	262.302	(44.380)	203.250	(93.520)
Contratos de opção	502.245	9.471	(7.396)	4.841	(5.832)
Compra de opção de venda – USD	100.500	2.074	-	997	-
Compra de opção de compra - flexíveis	208.165	7.397	-	3.844	-
Venda de opção de venda - flexíveis	193.580	-	(7.396)	-	(5.832)
Total	47.856.551	604.679	(762.295)	1.043.803	(1.271.076)
Circulante	15.980.728	472.846	(688.820)	483.538	(682.664)
Não Circulante	16.764.841	131.833	(73.475)	560.265	(588.412)
Total	32.745.569	604.679	(762.295)	1.043.803	(1.271.076)



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

5.3) Negociação e intermediação de valores

Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

Futuros

	31/12	/2023	31/12	/2022
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diário - posição comprada	13.877.066	(15.349)	11.947.456	(22.641)
DI1	8.849.625	(509)	8.079.453	(625)
USD	2.087.811	(786)	452.537	(33)
DDI	2.939.630	(14.054)	3.415.466	(21.983)
Ajuste diário - posição vendida	8.006.133	21.222	5.545.628	28.106
DI1	3.834.894	1.953	3.109.957	48
USD	573.329	6.273	318.280	6.054
DDI	3.597.910	12.996	2.117.391	22.004
Total	21.883.199	5.873	17.493.084	5.465

⁽i) As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pela B3;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Para a estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é considerado a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros e derivativos são classificados como nível 1: as informações observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado, geralmente, ocorre com frequência e volume suficiente para fornecer informações de apreçamento continuamente.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

5.4) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

			31/12	/2023		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Compensação:	<u> </u>	·	·	·	·	
Contratos de swap	2.615.202	4.421.330	11.071.186	2.887.441	9.405.916	30.401.075
Contratos de termo	14.698.116	7.981.717	627.150	9.107	-	23.316.090
Contratos de opção	221.500	117.000	-	-	-	338.500
Contratos de futuros	10.952.494	7.233.359	3.401.174	114.617	181.555	21.883.199
Total	28.487.312	19.753.406	15.099.510	3.011.165	9.587.471	75.938.864
Patrimonial - mercado - Co	ontratos de <i>swap</i>					
Contratos de swap	52.630	197.002	169.613	(405.677)	11.672	25.240
Diferencial a receber	57.408	220.921	322.122	(286.065)	205.604	519.99
Diferencial a pagar	(4.778)	(23.919)	(152.509)	(119.612)	(193.932)	(494.750
Contratos a termo	106.343	(105.588)	(6.001)	(48)	-	(5.294
Diferencial a receber	293.421	119.896	3.731	3	-	417.05
Diferencial a pagar	(187.078)	(225.484)	(9.732)	(51)	-	(422.345
Contratos de opção	67	203	_	-	_	270
Prêmio a exercer	256	610	-	_	_	860
Prêmio lançadas	(189)	(407)	-	-	-	(596
Contratos de futuros	(171)	2.314	3.556	(370)	544	5.873
Diferencial a receber	8.254	8.150	4.737	-	544	21.685
Diferencial a pagar	(8.425)	(5.836)	(1.181)	(370)	-	(15.812
Total	158.869	93.931	167.168	(406.095)	12.216	26.089



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

			31/12	/2022		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Compensação:	-		·	·	·	
Contratos de swap	1.870.615	5.974.420	4.826.809	11.492.760	338.818	24.503.422
Contratos de termo	11.641.275	10.643.040	564.660	1.909	-	22.850.884
Contratos de opção	176.290	201.955	124.000	-	-	502.245
Contratos de futuros	6.990.216	7.990.020	2.147.472	293.812	71.564	17.493.084
Total	20.678.396	24.809.435	7.662.941	11.788.481	410.382	65.349.635
Patrimonial - mercado - Co	ontratos de <i>swap</i>					
Contratos de swap	12.030	(23.262)	84.775	(117.841)	(244)	(44.542)
Diferencial a receber	81.290	157.299	150.504	372.682	23.727	785.502
Diferencial a pagar	(69.260)	(180.561)	(65.729)	(490.523)	(23.971)	(830.044)
Contratos a termo	(19.811)	(167.225)	5.184	112	-	(181.740)
Diferencial a receber	160.883	79.942	12.523	112	-	253.460
Diferencial a pagar	(180.694)	(247.167)	(7.339)	-	-	(435.200)
Contratos de opção	(306)	(552)	(133)	_	-	(991)
Prêmio a exercer	906	3.218	717	-	-	4.841
Prêmio lançadas	(1.212)	(3.770)	(850)	-	-	(5.832)
Contratos de futuros	2.701	(1.883)	4.374	1.060	(787)	5.465
Diferencial a receber	7.148	13.766	5.662	1.574	-	28.150
Diferencial a pagar	(4.447)	(15.649)	(1.288)	(514)	(787)	(22.685)
Total	(5.386)	(192.922)	94.200	(116.669)	(1.031)	(221.808)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Futuros	48.406	(15.653)	(724.702)
Swap	140.632	817.440	1.455.426
Termo	(115.854)	(678.801)	(329.118)
Opções	(1.570)	(9.959)	1.718
Total	71 614	113.027	403 324

6. Operações de crédito

a) Por tipo de operação de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	206.024	206.702
Financiamentos a exportação	305.805	260.922
Cessão de créditos adquiridos (i) (nota 8)	1.124.723	913.871
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio (nota 7a)	99.479	38.015
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7a)	3.437.879	3.206.846
Total	5.173.910	4.626.356

⁽i) Refere-se a cessão de crédito adquirido com transferência substancial dos riscos e benefíciosconforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08. A receita com operação de crédito foi de R\$ 104.056 (R\$ 43.642 em 2022) (nota 20).



em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

b)	Por	setor	de	atividade
----	-----	-------	----	-----------

	31/12/2023	31/12/2022
Indústria	3.854.970	4.242.838
Comércio	686.582	313.188
Serviços	31.633	65.113
Rural	600.725	5.217
Total	5.173.910	4.626.356

c) Por faixa de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	2.337.997	2.413.038
De 3 a 12 meses	1.404.581	1.415.051
De 1 a 3 anos	1.283.252	798.267
De 3 a 5 anos	148.080	-
Total	5 173 910	4 626 356

d) Composição da carteira por nível de risco

				31/12/2023			
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Previsão adicional	Total de provisão
AA	5.173.910	-	5.173.910	=	-	-	=
Total	5,173,910	_	5.173.910	-	_	_	_

				31/12/2022			
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Provisão adicional	Total de provisão
AA	4.626.356	-	4.626.356	=	-	=	-
Total	4.626.356	-	4.626.356	-	_	_	-

e) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	31/12/2023			31	1/12/2022	
	Operação de crédito	Outros créditos	Total	Operação de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	(28.633)	(8.776)	(37.409)
Constituição	-	-	-	(3.233)	-	(3.233)
Reversão de PDD	-	-	-	31.866	8.776	40.642
Saldo do final do período	-	-	-	-	-	-

7. Carteira de câmbio

a) Carteira de câmbio

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		_
Direitos sobre vendas de câmbio	4.804.309	4.935.309
Câmbio comprado a liquidar com ligadas	4.875.995	5.158.022
Câmbio comprado a liquidar	5.743.489	7.181.339
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio - (nota 6a)	99.479	38.015
Total	15.523.272	17.312.685
Circulante	14.282.371	16.396.623
Realizável a longo prazo	1.240.901	916.062

Passivo



em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Câmbio vendido a liquidar com ligadas	4.799.915	5.000.854
Obrigações por compras de câmbio	10.693.309	12.153.827
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - (nota 6a)	(3.437.879)	(3.206.846)
Total	12.055.345	13.947.835
Circulante	12.041.143	13.829.742
Exigível a longo prazo	14.202	118.093

b) Operações vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

		31/12/2023	31/12/2022
Câmbio comprado a liquidar	Ativo	1.645.838	1.408.617
Obrigações por compras de câmbio	Passivo	(1.645.838)	(1.408.617)

c) Resultado das operações de câmbio

	2° semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Operações de câmbio vinculadas	26.917	(1.710)	(374.031)
Resultado líquido de câmbio com ligadas (Nota 9)	583.552	(116.837)	296.250
Resultado líquido das operações de câmbio	(498.259)	(814.574)	(1.571.566)
Resultado líquido	112.210	(933.121)	(1.649.347)

8. Outros créditos

a) Diversos

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.132.166	921.911
Cessão de créditos adquiridos (nota 6a)	1.124.723	913.871
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.888	3.934
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 9a)	3.120	1.971
Adiantamentos e antecipações salariais	2.213	2.044
Outros	199	91
Adiantamento a fornecedores	23	-
Realizável a longo prazo	26.283	24.089
Depósitos judiciais (i)	23.297	23.137
Devedores por depósito em garantia	2.986	952
Total	1.158.449	946.000

⁽i) Correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 23), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF).

A movimentação de depósitos judiciais em garantia do período está abaixo apresentada:

		31/12/2023		31/12/2022		
_	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	17.139	5.998	23.137	13.829	5.120	18.949
Constituições	1.562	443	2.005	4.161	455	4.616
Reversões/realizações	(3.757)	-	(3.757)	(2.147)	-	(2.147)
Atualizações	1.389	523	1.912	1.296	423	1.719
Saldo final do exercício	16.333	6.964	23.297	17.139	5.998	23.137

⁽ii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

b) Crédito tributário

,	31/12/2023	31/12/2022
Realizável a longo prazo	101.539	143.611
Créditos tributários (Nota 24b)	101.539	143.611
Total	101.539	143.611

9. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos períodos, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Ativo/	Receitas/	Ativo/	Receitas/
	(passivo)	(Despesas)	(passivo)	(Despesas)
Disponibilidades	1.702	-	834	
Crédit Agricole CIB - Paris	1.702	-	834	-
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 4.2)	=	(11.869)	-	39
Crédit Agricole CIB - New York	-	(11.869)	-	39
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 8, 16, 18, 20 e 21)	3.120	16.967	1.971	9.213
Crédit Agricole CIB - New York	42	6.321	789	1.828
Crédit Agricole CIB – Paris	2.710	9.514	1.182	7.385
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	61	-	-
Crédit Agricole CIB – London	-	285	-	-
Crédit Agricole CIB – Hong Kong	-	133	-	-
CA Indosuez - Paris	-	285	-	-
CA Indosuez - Suisse	368	368	-	-
Outros créditos (Nota 7)	4.875.995	(186.778)	5.158.022	(22.431)
Crédit Agricole CIB – London	363.709	(186.778)	5.158.022	(22.431)
Crédit Agricole CIB – Paris	4.512.286	(180.778)		(22.431)
Instrumentos financeiros derivativos	203.472	-	730.890	-
Fundo A de Investimento Multimercado	203.472		730.890	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14d, 16, 18, 20 e 21)	(616)	(24.070)		(25.827)
Crédit Agricole CIB – Paris	-	(21.519)	-	(13.021)
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	-	-	-	(600)
Crédit Agricole CIB – New York	-	-	-	(11.083)
Crédit Agricole CIB – Singapura	-	(977)	-	(455)
Crédit Agricole CIB – London	(616)	(1.574)	-	(536)
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	-	-	(132)
Empréstimos no exterior (Nota 13)	(6.077.348)	461.708	(7.545.976)	821.388
Crédit Agricole CIB - New York	(3.579.667)	461.708	(7.545.976)	821.388
Crédit Agricole CIB – Tokyo	(2.497.681)	401.700	-	021.500
Outras obrigações (Nota 7)	(4.799.915)	69.941	(5.000.854)	318.681
Crédit Agricole CIB – London	(356.459)	69.941	(5.000.854)	318.681
Crédit Agricole CIB – Paris	(4.443.456)	07.741	-	310.001

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 20.847 (R\$ 17.432 em 31 de dezembro de 2022), a qual é considerada benefício de curto prazo.

10. Depósitos

Compõe o montante de depósitos a prazo os Certificado de Depósito Bancário emitidos pelo Banco

	Àv	À vista		Interfinanceiro		A prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Sem vencimento	381	8.501	-	-	-	-	
Até 3 meses	-	-	442.459	-	-	144.138	
De 3 a 12 meses	-	-	-	-	616.469	413.407	
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	55.035	-	
Total	381	8.501	442,459	_	671.504	557.545	

11. Obrigações por operações compromissadas

	Carteira pı	Carteira própria		
	31/12/2023	31/12/2022		
Até 3 meses	1.414.399	995.244		
Debêntures	1.147.707	644.699		
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	266.692	350.545		
Total	1.414.399	995.244		

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações por operações compromissadas são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 85% e 96% (em 31 de dezembro de 2022, o percentual foi entre 89% e 93%).

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

a) Carteira de recursos de aceites e emissão de títulos

	Letras Fina	Letras Financeiras		
	31/12/2023	31/12/2022		
De 1 a 3 anos	22.718	-		
Total	22.718	_		

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de letras financeiras são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual de 100% (em 31 de dezembro de 2022, o percentual foi entre 112,50% e 116,17%).

b) Resultado de operações de captações no mercado aberto

د ا	1 3		
	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de depósito interfinanceiro	(7.459)	(7.459)	(1.070)
Despesa de depósito a prazo	(19.088)	(33.534)	(41.895)
Despesas de operações compromissadas	(80.718)	(151.408)	(89.694)
Despesas de letras financeiras	(1.411)	(2.719)	(356)
Contribuição ordinária	(242)	(381)	(527)
Total	(108.918)	(195.501)	(133.542)



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Empréstimos no exterior

As operações de empréstimos captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 864.461 e JPY 73.008.978 (USD 953.354 e EUR 536.839 em 2022), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX:

	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Recursos captados moeda estrangeira	0,09% a 7,56% a.a.	5.820.467	7.242.545
Juros de recursos captados moeda estrangeira		87.255	41.345
IR sobre recursos captados moeda estrangeira		44	1.168
Total		5,907,766	7,285,058

b) Obrigações por repasse do exterior

As operações de repasse captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 35.033 (USD 50.012 em 2022), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX:

	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Recursos captados com CA - NY	5,32% a.a.	169.332	260.855
Juros de recursos captados com CA - NY		250	63
		169.582	260.918

c) Por faixa de vencimento

	Empréstimos	Empréstimos no exterior		o exterior
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	2.401.167	4.453.689	-	63
De 3 a 12 meses	2.320.749	2.037.139	250	260.855
De 1 a 3 anos	1.185.850	794.230	169.332	-
Total	5,907,766	7.285.058	169.582	260.918

d) Resultado das obrigações por empréstimos e repasses

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos no exterior	(278.289)	432.696	719.390
Variação cambial	(159.540)	651.796	772.019
Juros	(118.219)	(216.517)	(50.905)
Outros	(530)	(2.583)	(1.724)
Obrigações por repasse do exterior	(20.428)	29.012	101.998
Variação cambial	(13.254)	47.866	106.388
Juros	(7.174)	(18.854)	(4.390)
Total	(298.717)	461.708	821.388

14. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	4.142	2.996
Programa para participação dos resultados (i)	4.142	2.996
Total	4.142	2.996

⁽i) esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

b) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	93.773	95.372
Impostos e contribuições a recolher	29.326	26.225
Impostos e contribuições sobre os lucros	64.447	69.147
Total	93.773	95,372

c) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2023	31/12/2022
Exigível a longo prazo	106.012	150.231
Impostos e contribuições diferidos (Nota 24b)	106.012	150.231
Total	106.012	150.231

d) Diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	49.120	42.415
Valores a pagar - ligadas (Nota 9a)	616	-
Despesas com pessoal	31.681	28.876
Despesas administrativas	8.422	10.950
Receita diferida	1.816	204
Rebates a pagar	4.177	919
Provisão de impostos sobre importação	310	-
Fornecedores	1.623	1.032
Outros valores a pagar	475	434
Exigível a longo prazo	12.803	11.447
Outros passivos contingentes (Nota 23 b)	12.803	11.447
Total	61.923	53,862

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2022) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo valor em 2022) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2022) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo valor em 2022) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de uma distribuição menor ou a retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia



em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição para o Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

d) Juros sobre capital próprio

		31/12/2023		
	Valor	Valor por lote padrão	AGE aprovada em	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	137.750	0,55411	21/12/2023	27/12/2023
Total aos acionistas	137.750	0.55411	•	

		31/12/2022		
	Valor	Valor por lote padrão	AGE aprovada em	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	95.830	0,38548	22/12/2022	31/12/2022
Total aos acionistas	95.830	0,38548		

e) Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

16. Receita de prestação de serviços

	2° semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria Financeira	12.801	26.730	3.500
Comissão de estruturação	12.982	23.144	9.876
Comissão de estruturação ACC	-	-	4.471
Prestação de serviços - ligadas (nota 9a)	9.256	16.643	7.782
Rendas de garantias prestadas	7.755	13.058	6.075
Comissão Adiantamentos de Contratos de Câmbio	9.792	12.557	-
Serviços com transição DTVM	-	1.352	947
Comissão de compromisso	211	1.034	466
Comissão de estruturação - FIDC	1.056	1.674	1.083
Comissão de distribuição	-	503	280
Comissão colocação de títulos	-	148	1.874
Manutenção de contas correntes	10	25	102
Total	53.863	96.868	36.456

17. Despesas de pessoal

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	(23.558)	(41.045)	(39.506)
Encargos	(12.456)	(28.830)	(26.474)
Honorários	(6.539)	(14.021)	(10.517)
Beneficios (i)	(5.958)	(11.613)	(10.088)
Outras	(167)	(294)	(393)
Total	(48.678)	(95.803)	(86.978)

⁽i) Inclui provisão referente a gratificação para diretoria do período atual.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

18. Outras despesas administrativas

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Processamento de dados	(9.227)	(17.305)	(12.394)
Serviços do sistema financeiro	(5.927)	(12.038)	(10.531
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9a) - Despesas	(17.855)	(23.724)	(11.991
Serviços técnicos	(6.106)	(9.984)	(6.853
Depreciação e amortização	(2.389)	(4.799)	(3.983
Aluguéis	(1.708)	(3.416)	(3.793
Outras despesas administrativas	(3.159)	(4.460)	(4.434
Viagens	(769)	(1.308)	(1.847
Manutenção	(414)	(879)	(758
Seguros	(156)	(311)	(330
Comunicação	(135)	(272)	(272
Transportes	(99)	(159)	(209
Água, energia e gás	(59)	(109)	(64
Material	(49)	(93)	(82
Publicações	(23)	(44)	(48
Serviços de terceiros	(9)	(19)	(55
Serviços do sistema financeiro - ligadas (Nota 9a)	-	-	(651
otal	(48.084)	(78.920)	(58.295)

19. Despesas tributárias

	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recorrente	(23.368)	(38.125)	(47.234)
COFINS	(17.663)	(28.125)	(30.797)
ISS	(2.397)	(4.552)	(2.436)
PIS	(2.870)	(4.570)	(5.004)
Outras despesas tributárias	(438)	(878)	(8.997)
Total	(23.368)	(38.125)	(47.234)

20. Outras receitas operacionais

	2° semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recorrente	51.759	110.933	51.594
Taxa de permanência de crédito	48.462	104.056	43.642
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	2.028	4.080	3.299
Variações monetárias (i)	1.085	2.309	2.521
Variações monetárias ligadas (nota 9)	183	377	1.467
Reversão de provisão - ligadas (nota 9)	-	-	287
Recuperação de encargos e despesas	-	91	138
Reversão de provisão	1	18	200
Multa sobre operação de SWAP	-	1	36
Outras rendas operacionais	-	1	4
Fotal	51.759	110.933	51.594

⁽i) Representada substancialmente por atualizações selic de depósitos judiciais e impostos a compensar.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

21. Outras despesas operacionais

•	2º semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recorrente	(36.137)	(71.180)	(29.985)
Despesa DRRC - SWAP	(22.697)	(45.076)	(12.697)
Despesas de rebates	(12.400)	(22.842)	(1.647)
Juros/multas s/impostos	<u>-</u>	(1.286)	-
Provisão para contingências fiscais	(612)	(1.319)	(1.190)
Outras despesas operacionais	(49)	(60)	(167)
Provisão para contingências trabalhistas	(64)	(197)	(774)
Variações monetárias - ligadas (Nota 9)	(315)	(399)	(2.495)
Provisão para contingências cível	-	(1)	(2)
Devolução de garantia recebida - ligada (Nota 9)	-	-	(11.013)
Não recorrente	(682)	(897)	(436)
Outras despesas operacionais (i)	(682)	(897)	(436)
Total	(36.819)	(72,077)	(30,421)

⁽i) Refere-se substancialmente à Impostos e contribuições a compensar reconhecidos como perda.

22. Resultado não recorrente

	2° semestre / 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas operacionais (nota 21)	(682)	(897)	(436)
Resultado não operacional	(214)	(220)	(1)
Total	(896)	(1.117)	(437)

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco mantinha o montante de R\$ 12.803 (R\$ 11.447 em 31 de dezembro de 2022) (nota 14d) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 7.110 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.137 em 31 de dezembro de 2022) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.397 em 31 de dezembro de 2022) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2022) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal; e R\$ 2 em 31 de dezembro de 2023 para contingências referentes a processos civis (mesmo valor para 2022).



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

		31/12/202	3			31/12/20	22	
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	8.048	3.397	2	11.447	7.006	2.624	-	9.630
Constituições	602	-	-	602	611	570	2	1.183
Reversões/realizações	(140)	-	-	(140)	(148)	-	-	(148)
Atualizações	695	199	-	894	579	203	-	782
Saldo final do exercício	9.205	3.596	2	12.803	8.048	3.397	2	11.447

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

J	31/12/2	2023	31/12	/2022
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	9.205	9.205	8.048	8.048
Riscos trabalhistas	3.596	3.596	3.397	3.397
Riscos cível	2	2	2	2
Total	12.803	12.803	11.447	11.447

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	38.713	31.058
Riscos trabalhistas (ii)	18.258	12.884
Riscos civis	69	68_
Total	57.040	44.010

⁽i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

d) <u>Órgãos reguladores</u>

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

⁽ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(113.039)	(114.103)
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	13.165	12.814
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	10.731	9.965
	(89.143)	(91.324)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	308.916	299.790
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(77.229)	(74.948)
Contribuição Social - alíquota de 20% (ii)	(61.783)	(59.958)
Contribuição Social - efeito majoração alíquota 21% para 2022 (ii)	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(580)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(139.012)	(135.486)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	49.869	44.162
Participação nos lucros	2.214	987
Outras adições e exclusões	47.655	43.175
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(89.143)	(91.324)

i. Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no Exercício;

b) <u>Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social</u>

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Resolução CMN nº 4.441/2015, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

ii. O Banco constitui o crédito tributário na alíquota com base em estimativa de realização, para julho de 2022 foi aplicada alíquota de 20% para o ativo/passivo fiscal diferido. A partir de agosto de 2022, a alíquota de contribuição social para o imposto corrente e diferido era de 21%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	5.488	9.666	(5.488)	9.666
Participações no lucro	749	1.036	(749)	1.036
Gratificação	5.373	6.110	(5.373)	6.110
14° Salário	379	402	(379)	402
Provisão para contingências	2.343	287	-	2.630
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	-	_	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	8.187	-	(2.002)	6.185
Outras adições e exclusões	122	407	-	529
Prejuízo fiscal	56.437	-	(27.401)	29.036
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	79.078	17.908	(41.392)	55.594
Marcação a mercado TVM e derivativos	4.391	7.733	(4.391)	7.733
Participações no lucro	599	828	(599)	828
Gratificação	4.298	4.888	(4.298)	4.888
14° Salário	303	321	(303)	321
Provisão para contingências	1.876	231	_	2.107
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	-	-	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.550	-	(1.602)	4.948
Outras adições e exclusões	97	325	-	422
Prejuízo fiscal	46.419	-	(21.721)	24.698
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	64.533	14.326	(32.914)	45.945
Total	143,611	32.234	(74.306)	101.539

Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Marcação a mercado TVM e derivativos	28.671	5.488	(28.671)	5.488
Participações no lucro	809	749	(809)	749
Gratificação	4.244	5.373	(4.244)	5.373
14° Salário	358	379	(358)	379
Provisão para contingências	1.936	407	-	2.343
Provisão para garantias prestadas/executadas	9.352	-	(9.352)	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.395	1.792	-	8.187
Outras adições e exclusões	117	44	(39)	122
Prejuízo fiscal	84.041	-	(27.604)	56.437
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	135.923	14.232	(71.077)	79.078
Marcação a mercado TVM e derivativos	22.937	4.391	(22.937)	4.391
Participações no lucro	647	599	(647)	599
Gratificação	3.815	4.298	(3.815)	4.298
14° Salário	286	303	(286)	303
Provisão para contingências	1.549	327	-	1.876
Provisão para garantias prestadas/executadas	7.482	-	(7.482)	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.116	1.434	-	6.550
Outras adições e exclusões	94	34	(31)	97
Prejuízo fiscal	68.364	-	(21.945)	46.419
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	110.290	11.386	(57.143)	64.533
Total	246.213	25.618	(128.220)	143.611



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(66.769)	(47.106)	66.769	(47106)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(66.769)	(47.106)	66.769	(47.106)
Total	(150.231)	(106.012)	150.231	(106.012)
Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Descrição Marcação a mercado TVM e derivativos	31/12/2021 (145.327)	Constituições (83.462)	Realizações 145.327	31/12/2022 (83.462)
,		,	,	
Marcação a mercado TVM e derivativos	(145.327)	(83.462)	145.327	(83.462)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(145.327)	(83.462)	145.327	(83.462)
Marcação a mercado TVM e derivativos Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(145.327) (145.327)	(83.462) (83.462)	145.327 145.327	(83.462) (83.462)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, está apresentada da seguinte forma:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Imposto de Renda	·							
Prejuízo fiscal	12.488	12.292	4.256	-	-	-	-	29.036
Diferenças temporárias	8.352	4.463	7.196	2.103	235	-	4.209	26.558
Total	20.840	16.755	11.452	2.103	235	-	4.209	55.594
Valor presente	18.763	13.867	8.650	1.438	145	-	2.108	44.971
Contribuição Social								
Prejuízo fiscal	9.991	9.833	4.874	-	-	-	-	24.698
Diferenças temporárias	6.682	3.570	5.757	1.683	188	-	3.367	21.247
Total	16.673	13.403	10.631	1.683	188	-	3.367	45.945
Valor presente	15.011	11.093	8.030	1.151	116	-	1.686	37.087
<u>Total</u>								
Prejuízo fiscal	22.479	22.125	9.130	-	-	-	-	53.734
Diferenças temporárias	15.034	8.033	12.953	3.786	423	-	7.576	47.805
Total	37.513	30.158	22.083	3.786	423	-	7.576	101.539
Valor presente	33.774	24.960	16.680	2.589	261	-	3.794	82.058



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022								
	2023	2024	2025	2026	2027	2027	2029	2030	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	11.842	13.163	9.316	14.286	7.830	-	-	-	56.437
Diferenças temporárias	6.104	9.766	4.198	457	2.002	-	-	114	22.641
Total	17.946	22.929	13.514	14.743	9.832	-	-	114	79.078
Valor presente	15.763	17.857	9.415	9.105	5.382	-	-	43	57.565
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	9.474	10.530	7.453	11.429	7.533	-	-	-	46.419
Diferenças temporárias	4.883	7.813	3.359	366	1.602	-	-	91	18.114
Total	14.357	18.343	10.812	11.795	9.135	-	-	91	64.533
Valor presente	12.611	14.286	7.532	7.285	5.000	-	-	35	46.749
<u>Total</u>									
Prejuízo fiscal	21.316	23.693	16.769	25.715	15.363	-	-	-	102.856
Diferenças temporárias	10.987	17.579	7.557	823	3.604	-	-	205	40.755
Total	32.303	41.272	24.326	26.538	18.967	-	-	205	143.611
Valor presente	28.374	32.143	16.947	16.390	10.382	-	-	78	104.314

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 2027 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 82.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 104.314 em 31 de dezembro de 2022), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2023 tenham sua realização futura até o ano de 2030.

25. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros registrados e não há provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas em 2023 e 2022. (Nota 14d).

26. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como segmento S3, de acordo com a Resolução 4.553 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital** disponível no site https://www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas periodicamente, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o Diretor Financeiro, e aprovadas pela Diretoria.

Gerenciamento de Riscos

• Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

- 1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
- Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

- Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte ("rating"), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
- Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;
- 5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de mitigantes de risco de crédito, quando necessário, através de cláusulas contratuais e garantias reais, avais/fianças, etc.

• Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado; publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização das mesmas com total independência em relação à Tesouraria; e organiza os comitês:

- 1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar do risco de mercado e os resultados da Tesouraria, e também aprovar os limites;
- Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

- 1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de stress-test e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
- Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, mercados autorizados, etc.

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem na interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar a Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;
- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

2^a linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.
- 3ª linha Auditoria:
 - Controles periódicos de todas as atividades.

• Risco de Liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

• Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, títulos públicos federais, debêntures, CDCAs, aplicações em cotas de FIDC, operações de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos, letras financeiras, operações compromissadas e obrigações por empréstimos e repasses.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NII).

Risco Social, Ambiental e Climático

O Risco Social, Ambiental e Climático é definido como a possibilidade de perdas nos negócios e atividades do Conglomerado ocasionadas por:

- Riscos sociais: eventos associados à violação de direitos humanos e garantias fundamentais, ou atos lesivos ao interesse coletivo (atos de assédio, discriminação, trabalho infantil, escravidão, etc.);
- Riscos ambientais: eventos associados à degradação do meio ambiente, como o uso excessivo de recursos naturais, desastres ambientais resultantes da intervenção humana, poluição,



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

conduta ou atividade irregular, ilegal ou criminosa contra a fauna e/ou a flora, incluindo o desmatamento;

Riscos climáticos:

- i. "de transição": eventos associados ao processo de transição de um cliente para uma economia de baixo carbono, incluindo alterações na legislação, regulamentação ou na atuação governamental, inovações tecnológicas, mudanças na oferta e na demanda de produtos e serviços, percepções negativas dos clientes, do mercado financeiro ou da sociedade sobre o impacto e/ou contribuição das atividades da instituição financeira;
- ii. "físico": eventos associados a condições ambientais extremas que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos: intempéries frequentes e severas (secas, inundações, tempestades, ciclones, geadas e incêndios florestais), alterações ambientais de longo prazo (aumento do nível do mar, desertificação, mudanças nos padrões de temperatura), ou ainda a migração humana em massa decorrente dos eventos climáticos.

Gerenciamento de Capital

O Conglomerado mantém Estrutura de Gerenciamento de Capital integrada à Estrutura de Gerenciamento de Riscos, permitindo o monitoramento e o controle do seu Capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

O gerenciamento de capital compreende:

- Monitoramento e controle permanente do capital da instituição de forma a manter o Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Elaboração de Plano de Capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios, e os objetivos estratégicos nos próximos três anos, revisado anualmente e aprovado pela Diretoria;
- Realização de Teste de Estresse Integrado periódico, através de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, e avaliação dos impactos sobre o Capital;
- Elaboração de Plano de Contingência de Capital, atualizado anualmente e aprovado pela Diretoria, estabelecendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos claramente definidos para fazer frente a eventuais situações adversas. Esse Plano de Contingência prevê como principais fontes de recurso adicional o aumento de capital e a captação junto à Matriz CACIB de instrumentos de dívidas elegíveis ao capital adicional nível II, além de medidas de recuperação como a suspensão de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a restrição para novos negócios, a redução da exposição ao risco de mercado através da reversão de posições e/ou venda de ativos, a redução da exposição ao risco de crédito através da venda de ativos e/ou com o uso de instrumentos mitigadores.



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

A partir de outubro de 2013 os índices de capital foram apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1º de março de 2013. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2023 é de 25,74% (24,24% em 31 de dezembro de 2022) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
PR - Patrimônio de Referência	2.575.918	2.446.922
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.548.201	2.470.911
Ajustes de reavaliação patrimonial	55.153	28.571
Ajuste prudencial	(27.436)	(52.560)
Ativos ponderados pelos riscos (RWA)	10.009.382	10.093.741
Risco de crédito (RWACpad)	8.594.138	8.724.140
Privado bancário	3.318.379	3.887.623
Privado não bancário	5.275.759	4.836.517
Público não bancário	-	-
Risco de mercado (RWAMpad)	96.786	836.374
Exposição cambial	88.485	681.412
Exposição de juros	8.301	154.962
Risco operacional (RWAOpad)	676.615	533.227
Risco em derivativos (RWACVA)	641.843	-
PR mínimo requerido para RWA	800.751	807.499
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.775.167	1.639.423
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	13.743	3.207
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.761.424	1.636.216
Adicional de Conservação de Capital	162.652	164.023
Índice de Basileia	25,74%	24,24%
Índice de Basileia amplo	25,70%	24,23%

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Assinaturas

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert



em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Contador: Felipe Mendes da Silva

ANEXO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - semestre findo em 31 de dezembro de 2023:

O relatório do Comitê de Auditoria do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. aborda as atividades e conclusões do período mencionado. O Comitê, composto por um membro interno e dois independentes, atuou por meio de reuniões, análises documentais e interações com auditores e especialistas.

As responsabilidades do Comitê incluem a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controle interno e a conformidade regulatória.

Na revisão das demonstrações financeiras, não foram identificadas inconsistência. Os controles internos foram considerados eficazes, sem deficiências relevantes. A conformidade regulatória foi verificada, com a administração tomando as medidas necessárias.

A auditoria interna realizou diversas auditorias ao longo do período, com destaque para o cumprimento de recomendações de melhoria. A auditoria externa foi considerada independente e objetiva, sem divergências significativas.

Não foram reportados casos de fraude ou má conduta durante o período analisado, demonstrando a eficácia das políticas de prevenção e detecção.

Por fim, o Comitê de Auditoria concluiu unanimemente que os trabalhos realizados conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco, recomendando sua aprovação e publicação.

21 de março de 2024.

Comitê de Auditoria